



UMA HISTÓRIA FEITA NA RUA: HISTÓRIA PÚBLICA DA EMEF PORTO ALEGRE

A STORY MADE ON THE STREET: EMEF PORTO ALEGRE'S PUBLIC HISTORY

Dante Guimaraens Guazzelli

Resumo: Este artigo busca apresentar o projeto *EPA 25 +1: uma história feita na rua* que pretende desenvolver atividades que busquem resgatar e publicizar a história e a memória da E.M.E.F Porto Alegre – EPA ao longo de sua trajetória desde 1995. Esta escola, desde sua fundação, é voltada para o atendimento de população em situação de rua, inicialmente crianças e, a partir de 2009, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Serão realizadas pesquisas históricas no arquivo da instituição além de entrevistas de história oral realizadas com pessoas que atuaram na EPA em diferentes momentos. O artigo está dividido em três partes: inicialmente será feita uma apresentação da EMEF Porto Alegre e uma breve revisão sobre a questão da população em situação de rua, em especial do caso de Porto Alegre. Em um segundo momento será feito um levantamento sobre os debates oriundos da história pública que dialogam com o projeto. Finalmente serão apresentados os problemas e os objetivos do projeto.

Palavras-chave: População em situação de rua; movimentos sociais; história pública.

Abstract: This paper seeks to present the project *EPA 25 +1 : a history made in the street* that intends to develop activities that seek to rescue and publicize the history and memory of E.M.E.F Porto Alegre - EPA along its trajectory since 1995. This school, since its foundation, is focused on attending the street population, initially children and, since 2009, in the modality of Youth and Adult Education. Historical researches will be carried out in the institution's archive, as well as oral history interviews with people who have worked at EPA at different times. The article is divided in three parts: initially there will be a presentation of EMEF Porto Alegre and a brief review on the issue of the street population, especially the case of Porto Alegre. In a second moment, a survey will be made on the debates arising from Public History that are in dialogue with the project. Finally, the problems and objectives of the project will be presented.

Keywords: homeless people; social movements; public history.

Introdução

Este artigo busca apresenta o projeto *EPA 25 +1: uma história feita na rua* que pretende resgatar e publicizar a história e memória da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre partindo das propostas vindas do movimento da história pública. Para isto o artigo está dividido em três partes: inicialmente será feita uma apresentação da EMEF Porto Alegre e uma breve revisão sobre a questão da população em situação de rua, em especial do caso de Porto Alegre. Em um segundo momento será feito um levantamento sobre os debates oriundos da

Dante Guimaraens Guazzelli
Recebido em 10 de outubro de 2020
Aprovado em 18 de dezembro de 2020



história pública que dialogam com o projeto. Finalmente serão apresentados os problemas e os objetivos do projeto e o estágio atual do desenvolvimento.

Em final de agosto de 2015, após tomar posse como professor de história na Rede Municipal de Ensino, fui lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, conhecida como EPA, que atua na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e é voltada principalmente à população em situação de rua. Essa escola foi fundada em 1995 sob iniciativa da Prefeitura de Porto Alegre, na época sob a chamada Administração Popular do Partido dos Trabalhadores (PT), buscando soluções para o problema das crianças de rua.

No início da década de 1990, a cidade tinha um grande número de meninos e meninas em situação de rua, principalmente no centro. Um dos casos, retratado em reportagem de Eliane Brum (1993, p. 34), foi o dos chamados “tartarugas ninja”, crianças que, semelhante ao desenho animado da época, viviam nos esgotos, entre a Prefeitura Municipal e o Mercado Público. Um grupo de educadores vinculados à Prefeitura inicialmente abordava estes menores nas ruas; em 1995, foi criada a EPA e sua estrutura física, pensada principalmente para o perfil da rua. A EPA surgiu de um movimento que buscava tratar a questão das crianças que viviam nas ruas da capital, estando relacionada a outras iniciativas da administração municipal voltadas à saúde, cultura e assistência social desta população.

A partir de 2000, com o sucesso de medidas como Bolsa-Família, houve um “envelhecimento” da população em situação de rua – deixando de serem compostas por meninos e meninas e passando a jovens e adultos – houve a necessidade de transformação da escola, que passou a constituir EJA em 2009. Esta modificação, como apontou o ex-estudante Rafael Dutra (2019, p. 5), acabou acompanhando o crescimento de alguns de seus atendidos: segundo ele, esta modificação se deu “Porque a gente”, a população atendida pela EPA, “foi crescendo”.

Esta tendência foi potencializada nos anos seguintes. De acordo com o *Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS*, produzido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH/UFRGS) em parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre (FASC), em 2016, 61,4% da população adulta em situação de rua tinha mais de 35 anos, cerca de 10% a mais do que no levantamento feito em 2007-8 (2016, pp. 29-30).

Deve-se ressaltar que, com o fim da Administração Popular e a saída do PT do comando da Prefeitura, em 2004, a EPA passou por um processo de isolamento dentro da estrutura municipal, o que levou à tentativa de fechamento por parte da Secretaria Municipal de Educação



(SMED) em 2014 (SANTOS, 2018). Esta ação está relacionada tanto a uma desvalorização da educação pública por parte das administrações que assumiram a partir de 2004 quanto a um plano de transformações da área na qual a EPA é localizada.¹ Este projeto busca *gentrificar* a área, tornando-a atraente para um público de classe média-alta; uma escola pensada para a população em situação de rua não se encaixa neste contexto.

Após a tentativa de fechamento, a comunidade escolar, com o apoio de grupos como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e do jornal *Boca de Rua*, realizou uma mobilização que levou à judicialização da questão.² A EPA, inicialmente, manteve-se aberta sob decisão judicial e, atualmente, conseguiu a manutenção da instituição em decisão em segunda instância (ABATI, 2019).

Minha entrada como docente na EPA deu-se dentro deste segundo momento da escola: não mais inserida em um projeto de governo que buscava a democratização de direitos, mas como um espaço de resistência articulado a movimentos sociais. E desde meus primeiros momentos em sala de aula, pude perceber que os estudantes tinham diversas narrativas sobre o passado da rua, tanto de suas vivências quanto de relatos ouvidos por eles.

Da mesma forma, ficou evidente para mim uma falta de identificação e coletividade por parte de meus alunos em situação de rua. Isso fica claro nos dados levantados pelo *Cadastro* (IFCH/UFRGS, 2016, p. 94): 29,2 % dos adultos em situação de rua abordados responderam que não se consideravam “moradores de rua”. O relatório reforça que houve, entre 2007-8 e 2016, um aumento daqueles que se identificavam como “moradores de rua” de 65,7 para 70,8%, o que poderia indicar uma constituição identitária que pode estar vinculada a um aumento da população que vive nesta condição há mais de 5 anos, “além do aparecimento e consolidação do próprio Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e da visibilidade do Jornal Boca de Rua na cidade de Porto Alegre” (IFCH/UFRGS, 2016, p. 94). Mesmo com o aumento desse percentual, estes dados apontam para uma condição dramática: além da vulnerabilidade da rua, esse grupo ainda é marcado por uma fragmentação.

¹ A EPA está situada na rua Washington Luis, próxima da Praça Júlio Mesquita (também conhecida como praça do Aeromóvel) e da Orla do Guaíba Moacir Schiar, locais que foram alvo de transformações recentes por parte da Prefeitura.

² O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) organizou-se a partir de 2004, após a chamada “chacina da Praça da Sé”, na qual sete moradores de rua foram assassinados em São Paulo. Este acontecimento motivou diversos encontros desta população o que levou ao lançamento do MNPR em 2005, durante o 4º Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte. (SILVA, 2012, p. 28-31; <https://popruasp.wordpress.com/sobre/>). O jornal Boca de Rua foi criado em 2000 por duas jornalistas da ONG Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação (ALICE) em parceria com moradores de rua. Partindo do apoio dos profissionais da ALICE, o Boca de Rua é produzido e comercializado por pessoas em situação de rua.. Sobre o jornal ver <https://www.facebook.com/jornalbocaderua/> e <https://jornalbocaderua.wordpress.com/>.



Esta situação é ainda potencializada por um contexto social que estigmatiza tal população. Anderson Zalewsky Vargas (2004, p. 251), ao tratar da imprensa porto-alegrense do início do século XX, aponta que aqueles que utilizavam a rua para suas atividades – as “prostitutas”, os “vagabundos”, os “mendigos” e os “menores de rua” – eram vistos como as “quatro figuras simbólicas da abjeção social.” Atualmente esta imagem discriminatória está presente nas falas de gestores da administração.

Recentemente, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre, responsável pelas ações de assistência social, vêm atuando no sentido de perseguir esta população, fechando o Restaurante Popular e restringindo os itens que eles podem portar, partindo da definição de que “Morar na rua significa com a sua roupa e a sua mochila” (NÃO VAMOS, 2019). A secretária Comandante Nádia, que recebeu a alcunha de Comandante *Naja* pelos movimentos sociais e tem uma trajetória vinculada à Brigada Militar, ainda afirmou que não iria “admitir uma cidade, uma praça que esteja cheia de morador de rua. É um lugar público e as pessoas não podem levar seus filhos, seus pets” (NÃO VAMOS, 2019). Temos assim um cenário assombroso e desesperador, no qual se soma à fragmentação, à vulnerabilidade econômico-social e a falta de coletividade um contexto político municipal, estadual e federal.

Urge, dessa forma, construir a história dessa população que está, além de vulnerável, em extremo perigo. Eles são aqueles que, na definição de François Hartog (2013, pp. 14-5), estão na “permanência do transitório, um presente em plena desaceleração, sem passado (...) e sem futuro real tampouco (o tempo do projeto não está aberto para eles)”; para eles há um horizonte “fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante”. Fazer a história do povo da rua é, assim, romper com esta tendência opressora e claustrofóbica.

Gostaria de fazer agora uma reflexão a respeito da rua e sobre a denominação dada a esse grupo, uma vez que ao nomear dá-se uma unidade a algo que, inicialmente, não tinha. Inicialmente, cabe uma delimitação a respeito da parcela da população abordada aqui: a *população em situação de rua* pode ser definida como

os adultos que se encontravam em abrigos e albergues destinados ao acolhimento e/ou ao abrigo temporário, intermitente ou definitivamente, assim como aqueles que se encontravam em atividades de perambulação/circulação pelas ruas e/ou que disseram fazer da rua seu local de existência e habitação, mesmo que temporariamente. (IFCH/UFRGS, 2016, p. 10)

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, identificou 31.922 pessoas vivendo em situação de rua, excluídos os dados de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília (BRASIL, 2008). Já o *Cadastro*, apontou para 2115 adultos em situação de rua em Porto Alegre (IFCH/UFRGS, 2016, p. 8). De acordo com o perfil do estudo,



a população de rua na cidade de Porto Alegre é majoritariamente masculina (85,5%), nasceu em Porto Alegre ou na região metropolitana da cidade (59,1%), tem mais de 35 anos (61,4%). Em sua maioria, possuem o ensino fundamental incompleto (57,4%), dormem cotidianamente e prioritariamente em lugares de risco e improvisados e com forte exposição ao ambiente natural (52,1%). Mais de 60% da população estudada afirmam possuir documentos importantes como Carteira de Identidade (65,4%), CPF (61,4%) e Certidão de nascimento (61,3%) e mais de 70% (75,1%) destaca não ter outro familiar em situação de rua, embora relatem a presença de filhos em 75,9% dos casos. (IFCH/UFRGS, 2016, p. 99)

Esse perfil pode mascarar uma heterogeneidade que existe na população em situação de rua. Isto é destacado pela jornalista Rosina Duarte, idealizadora do jornal *Boca de Rua*, ao afirmar, em conversa informal, que tal população “tem perfil, frente e verso”. Assim, uma abordagem qualitativa permite que se destaquem narrativas de “outros perfis” da rua, como mulheres, pessoas LGBT, jovens, entre outros. Minha pesquisa objetiva dialogar também com pessoas *com trajetória de rua*, ou seja, que viveram, em algum momento de sua vida, nesta condição.

Recentemente, opta-se por parte de pesquisas acadêmicas e serviços sociais pelo termo “pessoa em situação de rua”, em detrimento de termos como “morador de rua” ou “pessoa da rua”, uma vez que esta terminologia enfatiza um caráter provisório, visando “contribuir para uma mudança de mentalidade na sociedade, remetendo às trajetórias das pessoas e a uma situação que poderá ser modificada” (MEDEIROS, 2010, p. 60).

Porém, alguns indivíduos não se identificam com este termo, considerando “morador de rua” mais simples e prático (GONÇALVES, 2019, p. 14). Ao mesmo tempo, em Porto Alegre existem termos próprios deste grupo para identificarem-se: para eles, na rua convivem “mendigos” ou “mindingos” – pessoas que vivem somente de mendicância –, “peregrinos” ou “pelegrinos” – indivíduos que transitam na cidade e realizam diversas atividades, como cuidar de carros, vender material reciclável, entre outras – e o “trecheiro”³ – aquele que transita em diversas cidades e estados diferentes.⁴

Nota-se que em dois termos há a menção ao movimento realizado pelos indivíduos, evidenciando que, para eles, um fator de união é certo “nomadismo” presente em suas rotinas. O fato de ser ressaltada tal característica denota a distinção feita por eles em relação ao resto da sociedade em geral. Assim, “a situação de viver na rua é caracterizada por traços de mobilidade que surgem da ausência de moradia fixa em virtude das transformações no âmbito da família e do trabalho” o que “leva à exclusão do acesso às políticas públicas e sociais que têm por base

³ Este termo provavelmente deriva de trabalhadores que construíam estradas e eram pagos por trechos realizados.

⁴ Esta tipologia foi feita a partir de conversas com estudantes da EPA.



o endereço” (SILVA, 2012, p. 19). Pode-se ver, ainda, a itinerância e a mobilidade como uma forma de “expressar a agência política de certas pessoas que não raro são consideradas ‘bárbaras’ e ‘primitivas’ a serem ‘civilizadas’ pelas instituições estatais ou mesmo tão desprovidas de recursos econômicos que os levaria a uma desposseção simbólica” (IFCH/UFRGS, 2016, p. 12).

Mesmo buscando auxiliar na superação desta condição, penso que toda pesquisa que aborda essa parcela da população deve ter presente que eles trazem em seu cotidiano, experiências e identidade a marca desta mobilidade. Conforme apontam historiadores que trabalharam com esse tipo de população nos Estados Unidos, a situação de rua (*homelessness*) constitui uma cultura e, como tal, “tem sua própria linguagem”; o historiador deve conhecer esta cultura para compreender “o que ouvem” e “engajar-se com os narradores” (ALMUTAWA 2014).⁵

Também há a necessidade, por parte de “peregrinos” e “trecheiros” de se diferenciar de “mendigos”, reforçando que eles buscam modificar sua situação. Isto fica claro na entrevista realizada com Rafael Dutra (2019, p. 5) quando ele se diferencia de um antigo amigo, que havia “se perdido”:

Depois que ele resolveu sair da escola, parar de vir, pelo menos fazer as atividades, se formou, ele recaiu na vida. Que hoje, assim, é uma pessoa de rua, aquelas que não andam arrumada, não gostam de tomar banho. Ele anda, assim, parecendo, eu digo a real, parecendo um *mendingo* mesmo, um *mendingo*.

Unido à mobilidade, outra característica importante na identidade dessa população é o fato de realizarem alguma atividade. Analisando os dados levantados pelo *Cadastro*, percebe-se que 87% dos entrevistados afirmavam realizar alguma atividade como fonte de renda (tais como catar material reciclável, guardar e lavar carros, vender na rua); somente 9,9% declararam obter renda através de mendicância e 3,1% não realizavam nada para obter renda (IFCH/UFRGS, 2016, 62). Pode-se dizer que a população em situação de rua em Porto Alegre identifica-se como um itinerante que busca a sobrevivência através de atividades diversas. Essa diferenciação revela, também, a busca por desvincular-se do estigma da mendicância, o que está presente na fala de Dutra na menção à limpeza e higiene pessoal.

⁵ Na França e em países anglofalantes, o termo utilizado *homeless* evidencia uma forma de ver a população por sua falta – ausência de lar/abrigo (IFCH/UFRGS, 2016, p. 12-3). No Brasil, a característica definidora é o local de atividades ou moradia, a rua. Aqui há, ainda, uma divisão entre a população em situação de rua, que são resultado de quebra de laços comunitários e/ou familiares, e os *trabalhadores sem-teto* que, geralmente, são famílias ou comunidades que perderam suas moradias devido a questões econômicas ou urbanas.



Por outro lado, termos como “população de rua” ou “povo da rua” evidenciam um sentido coletivo e não individual dessa condição (SILVA, 2012, p. 62). Por este motivo, houve a opção de utilizar esta nomenclatura por parte do Movimento Nacional da População de Rua. Penso que o termo “povo da rua” também permite englobar pessoas *com trajetória* de rua. Por estas duas razões opto pelos termos “povo da rua”/ “população de rua”, da mesma forma que “população em situação de rua”.

Esta dimensão não nega o fato de que “esse segmento da população registra uma diversidade de trajetórias e perfis, caracterizando uma heterogeneidade, por vezes negada pela sociedade ou por algumas práticas sociais” (IFCH/UFRGS, 2016, p. 80). Deve-se frisar que tal heterogeneidade muitas vezes “dificulta a percepção dos fatores estruturais e das vulnerabilidades a que os atores sociais podem estar sujeitos” (SILVA, 2012, p. 19); uma visão mais ampla das causas e razões de sua condição possibilitaria uma articulação coletiva das demandas, o que ainda é incipiente.

Finalmente, gostaria de refletir brevemente sobre os significados da “rua”. A rua pode ser vista como um “não-lugar”, ou seja um local de passagem e não de habitação, mas “também pode ser entendida como habitada por pessoas ‘fora do lugar’, que subvertem o lugar estabelecido pela ordem da vida domesticada, do cotidiano estruturado por meio das regras e horários do trabalho e da família” (SILVA, 2012, p. 19). A rua, assim, é um “lugar praticado” (CERTEAU, 1998, 202), “um lugar existencial e simbólico, mais do que simplesmente geometricamente instituído ou definido como a-priori um lugar da ‘falta’” (IFCH/UFRGS, 2016, p. 13). Desta forma, “a rua aparece (...) como um espaço de relações sociais e simbólicas, as quais não se reduzem a um significado puramente pragmático de resposta a fins específicos (trabalho, dormitório, etc) ou respondem puramente a necessidades básicas de vida” (IFCH/UFRGS, 2016, p. 14). “Estar” na rua é uma forma de existência, não apenas uma estratégia de sobrevivência.

Existem diversos caminhos que levam à rua e estas singularidades muitas vezes dificultam uma articulação deste grupo enquanto coletivo, enquanto comunidade. Nesse sentido, parto da ideia de Jean Baptista e Tony Boita (2018, p. 57) de que:

falar de comunidades é referenciar pertencimento, estar entre os pares, em relações solidárias, compartilhando história, memória e luta. É também onde circulam representações próprias de um grupo, não raro apenas por ele compreensíveis. Nesse sentido, comunidade é onde encontramos um patrimônio compartilhado, construído coletivamente, pautado no interesse político de transformação ou de resistência à realidade perversa que envolve este grupo.



Conforme apontado, neste grupo há uma grande fragmentação e suas memórias a representam. Busco, a partir da história da EPA, construir uma história do “povo da rua” de Porto Alegre partindo da perspectiva proposta pela história pública, contribuindo, assim, com a formação e fortalecimento de sua identidade. O projeto parte da ideia de autoria compartilhada, ou seja, uma construção dialógica com os envolvidos.

O povo da rua tem diversas memórias em relação à vivência na rua: exclusão, repressão, sobrevivência e resistência – uma vez que, na rua, existir é resistir. Muitos deles vivem há décadas “entrando e saindo” da rua e em diversos momentos narram suas trajetórias. Eles também conviveram com pessoas que lhes transmitiram suas experiências. Em minha vivência como professor atendendo junto a esta população, percebi diversas narrativas que apontam para uma memória coletiva. Um destes exemplos é a presença da antiga cadeia do gasômetro demolida em 1962 em narrativas de alunos meus de menos de trinta anos. Estas memórias subterrâneas encontram-se atualmente invisibilizadas na cidade e na história. Através destas narrativas busca-se combater o silêncio em relação a esta exclusão que data de décadas. Construir e narrar esta história é dar dignidade a uma vivência que é ignorada pela sociedade.

O projeto *EPA 25 + 1: uma história feita na rua* tem sua justificativa baseada na necessidade da instituição de se apropriar de sua história. A EPA é uma escola com um perfil e trajetória sui generis e faz-se necessária uma relação mais estreita de sua comunidade com seu passado. Além disso, a pandemia de COVID-19 alterou o cotidiano de toda sociedade deixando marcas especialmente profundas nas vivências de populações em vulnerabilidade, como a população em situação de rua. Assim, um projeto que busque registrar as particularidades desta experiência tem vital importância para a construção de uma memória democrática e plural sobre o período.

Além de permitir o registro de experiências que de outra forma poderiam estar marginalizadas da documentação histórica, este projeto busca atender a proposta da EPA, que é “potencializar a autoestima dos estudantes, proporcionando-lhes o desenvolvimento de suas identidades como práticas de exercício de liberdade e inclusão na sociedade contemporânea” (EMEF PORTO ALEGRE, 2013, p. 16). Deve-se ressaltar que a pesquisa será utilizada dentro de sala de aula, buscando uma reflexão por parte dos alunos em relação à construção do conhecimento histórico. Conforme apontam Ricardo Santhiago e Valéria Magalhães, o uso da história oral como ferramenta de aprendizagem “diversifica caminhos em direção ao conhecimento, porque valoriza a autonomia do aluno e proporciona um aprendizado ativo, participativo e colaborativo” sendo que “ao produzir fontes de informação e consolidar



conhecimento, o interesse do estudante pelo objeto de aprendizagem tende a aumentar” (2015, p. 10). A história oral “pode contribuir para o aperfeiçoamento do raciocínio e do senso crítico, para estimular a curiosidade e a iniciativa, para refinar a sensibilidade e a perspicácia no trato com o outro” (SANTHIAGO & MAGALHÃES, 2015, p. 8).

Para auxiliar em meu projeto de construir uma da EMEF Porto Alegre que contribua para a consolidação e fortalecimento de suas mobilizações de seus estudantes parto de reflexões vindas dos debates da história pública, em especial em suas interações com a história oral. A história pública é movimento que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 e teve a entrada no debate brasileiro no início da década de 2010. Ao longo deste tempo, foram se desenvolvendo diversos sentidos do que *é* história pública, que resumidos na definição de Ricardo Santhiago (2016, p. 28):

a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo).

Meu projeto intenta uma história do povo da rua *com* o povo da rua, sendo assim uma história pública que busca a “participação pública” (CAUVIN, 2019, p. 9). Mais do que isto, dentro das três razões de atração da história pública apontadas por Gerald Zahavi (2011, p. 54) – reverenciar, esclarecer e politizar – busco uma história pública ativista, engajada com as demandas dos movimentos sociais, buscando a superação da situação de vulnerabilidade sofrida pelo povo da rua. Parto da proposta de Ricardo Santhiago (2018b, p. 324), de que a história pública não é vista “como um campo profissional/acadêmico orientado por disputas pelo controle unívoco e excludente de uma definição” e sim “como uma vasta e generosa arena de diálogo e compartilhamento – nunca carente de conflito, contradição, até mesmo aporia”.

Este tipo de história pública já desenvolveu uma tradição, principalmente na Europa e em países anglo-saxões, na qual este campo “emergiu como prática de uso público da história com fins político-ideológicos, influenciados pela busca de justiça social”: um exemplo é o fato de “historiadores ingleses cultivaram a prática de uma história voltada para a inter-relação de memória e narrativa valorizando a construção de identidades coletivas” com a intenção de estimular a consciência histórica para um público amplo, não acadêmico” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7).



Nos Estados Unidos, onde a *Public History* nasceu pensada na empregabilidade de historiadores em empresas e no setor público, diversos historiadores construíram uma prática pública voltada aos movimentos sociais e populações em situação de risco ou vulnerabilidade. Esta história pública estava ancorada em uma tradição vinculada às iniciativas do New Deal de Roosevelt, na década de 1930, que buscava um registro de memórias populares (LIDDINGTON, 2011, p. 35). Esta prática radical de história pública e oral busca, a partir das narrativas das vivências, a construção da cidadania e conscientização, e pode ser vista nas Escolas da Liberdade do Movimento dos Direitos Civis, no movimento feminista e na tradição de educação dentro do movimento operário, como as iniciativas de Myles Horton e o Highlander Folk School, iniciados na década de 1930 (SHOPES, 2016, p. 74; KERR, 2016, p. 368).

O historiador Daniel Kerr (2016, p. 377), por exemplo, aponta como inspiração para sua prática de história pública e oral, além destas referências, a educação popular idealizada por Paulo Freire. Para eles, mais do que um método de construção de fontes e acervos, a história oral deve ser vista como um modo de facilitar “diálogos fundamentados em experiências pessoais e reflexões interpretativas sobre o passado” (KERR, 2016, p. 371).

Este tipo de atuação teve uma difusão no movimento da História do Povo (*People's History*), desenvolvido a partir do final da década de 1970 e início de 1980 nos EUA, que se propunha construir a história de populações vulneráveis ou em risco, como grupos de trabalhadores ou bairros populares em vias de serem afetados pela especulação imobiliária e pela *gentrificação* das grandes cidades (KERR, 2016, pp. 379-85; SHOPES, 2016, pp. 75-6; THOMSON, 2006, p. 57). A memória era utilizada na defesa e empoderamento destas coletividades (THOMSON, 2006, p. 57), através de uma “prática democrática, voltada às comunidades, decididamente pública, mais do que os que se identificavam como historiadores públicos” – voltados a uma dimensão mais institucionalizada (SHOPES, 2016, p. 75). Esta prática segue viva nos Estados Unidos através de grupos como o Groundswell, “uma rede de historiadores orais, ativistas, produtores culturais, agentes comunitários e documentaristas que usam história oral para apoiar a construção de movimentos e mudanças sociais” em busca da justiça social (SHOPES, 2016, p. 78).

Este tipo de postura está presente também na “história pública em estilo australiano”, que “engajou-se tanto politicamente quanto na prática, lutando em batalhas comunitárias (...) literalmente na linha de frente”, além de participar da revisão “de sua própria história, a história da terra dos australianos nativos” (LIDDINGTON, 2011, p. 38). A preocupação de



““descolonização da história”, inserindo as disputas em torno das memórias, da etnicidade, das subalternidades e das resistências que podem implodir enquadramentos dominantes” também está presente na história pública feita na América Latina (ROVAI, 2018, p. 307). Como aponta Marta Rovai (2018, p. 307),

Falar de história pública na América Latina significa a construção de uma plataforma de observação, pesquisa e reescrita de narrativas que contribua para colocar no cenário público grupos a quem se ignorava ou, no máximo, sobre quem se escrevia a partir de estranhamentos culturais; tidos como exóticos ou eternas vítimas, negando-lhes a capacidade de se contar e constituir a si mesmos como sujeitos. Perseguidos políticos, quilombolas, indígenas, comunidades LGBT, pobres, “sem-terra”, mulheres e trabalhadores, todos colocados como oprimidos, devem ter o direito de narrar-se, registrar seus feitos, de escolher o que querem significar sobre suas diferenças e sonhos.

A história pública converte-se assim em uma forma de dar visibilidades a grupos como a população em situação de rua, que se encontram excluídos na sociedade e de narrativas históricas. Ao construir esta história de forma colaborativa e dialógica, penso que será possível uma constituição desta população como sujeitos de sua história, de suas narrativas, e não como objetos de estudos “exóticos” ou vítimas de um sistema socioeconômico perverso.

Fazer uma história *da rua a partir da rua* e de seu povo, permite compreender a colonialidade presente na América Latina que, para Rovai (2018, p. 308), consiste nos “mecanismos de opressão sociocultural e política que ainda permeiam as relações humanas, reinventados e inovados durante o século XX e ainda no XXI”; penso que a história do povo da rua auxilia a “considerar e refletir sobre permanências de concepções escravistas, estigmatizantes, discriminatórias, autoritárias que continuam a ser recriadas em práticas excludoras e hierarquizadoras dos espaços públicos e dos direitos humanos”.

Com o projeto pretendo motivar a mobilização para romper esta situação de opressão e vulnerabilidade ao “defender a dignidade humana contra políticas deliberadas para o esquecimento de uma história colonial e unidimensional, que naturaliza a violência, o preconceito e a exclusão social e política na América Latina” (ROVAI, 2018, p. 314). Esta postura está vinculada a um “realinhamento da história pública feita no Brasil não como os modelos de ampliação de audiências, mas com formas orgânicas de diálogo social, com as tradições de pesquisa narrativa e participativa que, aos historiadores do presente brasileiro, não são estranhas” (SANTHIAGO, 2018b, pp. 327-8). Se em 2011, os debates da história pública no Brasil estavam relacionados a temas como inserção do historiador em instituições públicas



e privadas e divulgação histórica, mudanças no contexto político e institucional ocorridas a partir de 2016 levaram a uma orientação mais ativista.

Como reforça Michael Frisch (2016, p. 60), uma história pública que motive este diálogo social “tem a capacidade de transcender as restrições de dicotomias como produção/consumo, historiador/plateia, pesquisa/produto”. Este diálogo não é

um discurso homogeneizado no qual todos os benefícios são os mesmos, ou no qual ninguém pode jamais reivindicar uma vantagem. Entendo-o como um diálogo *real*, no qual fontes e bases de autoridade diferentes têm reivindicações distintas e particulares, que podem competir, ser comparadas, avaliadas e relacionadas por meio daqueles encontros importantes que o cenário da história pública pode apoiar e estimular. (FRISCH, 2016, p. 60)

A história pública, da mesma forma que a história oral, deve ser guiada pelo conceito pelo de “autoridade compartilhada” elaborado por Michael Frisch (2016, p. 62), que aponta para a realidade de

que na natureza da história oral e da história pública *nós* não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos-autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado. Até onde entendo, nós simplesmente não temos a autoridade para sair distribuindo por aí. Assim, argumentei, somos convocados nem tanto para “compartilhar autoridade”, mas para respeitar e atender a esta qualidade intrínseca.

Nesta concepção, o compartilhamento da autoridade está relacionado a ideia de que, aqui, a autoria é “dialógica por definição” (FRSICH, 2016, p. 63).

Desta forma, os narradores deixam de ser vistos como meras fontes, passando a serem encarados como detentores de conhecimento e de interpretações e com seus próprios interesses, que muitas vezes divergem da pesquisa (KERR, 2016, p. 383). Partindo desta perspectiva, assume-se “o comprometimento com o processo de produção dialógica da pesquisa e o exercício da compreensão histórica fundamentada, ao mobilizar questões sensíveis e socialmente vivas em *comunidades de sentido*” que “se expressa por memórias plurais, produzidas historicamente, a partir da experiência social de uma coletividade”, ressignificando “o tempo por meio da construção de representações do passado” (ALMEIDA, 2018, p. 102).

Isto leva a refletir sobre as interações entre história pública e história oral, fundamentais para esta pesquisa. A partir da história oral é possível perceber “diálogos ativos sobre o significado e sobre o lugar da história no presente, sobre o que é que importa na compreensão



e no aproveitamento do passado” (FRISCH, 2016, p. 60), além de se estabelecer “como local de participação, suporte para registros da vida cotidiana e como espaço de aprendizagem” (ALMEIDA, 2018, p. 108). Da mesma forma, como aponta Juniele Rabêlo de Almeida (2018, p. 102), “a busca da dimensão pública” em uma pesquisa de história oral “deve ser pensada em todo o projeto”.

Há, assim, uma proximidade entre história oral e história pública, que gera trocas entre os campos. Por um lado, a história oral permite uma expansão de conteúdo e audiência da história pública (SHOPES, 2016, p. 77). Por outro lado, a história pública “têm acentuado o pendor público” da história oral, reposicionando-a “como uma prática de resistência orientada por seu compromisso social”, auxiliando a democratizar o entendimento do passado (SANTHIAGO, 2018a, p. 150). Uma história oral publicamente orientada permite a criação de uma “comunidade de sentido mais ampla” que “parece poder ser – e tem sido – convocada nos esforços em favor de uma cultura de escuta e de compartilhamento de histórias que mire a empatia” que tem papel preponderante, entre outras dimensões, “na criação de redes de solidariedade entre pessoas em situação de vulnerabilidade” (SANTHIAGO, 2018a, p. 152).

Isto é extremamente relevante para os propósitos desta pesquisa uma vez que a população em situação de rua é alvo de grande falta de empatia, tanto por parte da sociedade como um todo quanto em relação a eles mesmos, o que é evidente nos dados em relação à própria identidade desta população já citados. Criar uma cultura de escuta e compartilhamento de história nesta comunidade pode permitir uma maior identidade coletiva e solidariedade. Compartilho da perspectiva de Daniel Kerr (2006, pp. 31-2) de que uma pesquisa que parte de uma preocupação mais inclusiva e que procura uma ampliação a grupos excluídos como pessoas em situação de rua, é melhor e mais eficaz do que pesquisas com um produto voltado à comunidade acadêmica.

Como afirma Juniele Almeida (2016, p. 52), “o trabalho de história oral como prática de história pública sugere práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva”, contribuindo “para a elaboração e socialização da produção do conhecimento histórico dos movimentos sociais”. Assim, “as necessidades e os interesses de um movimento social podem inspirar projetos em história pública” (ALMEIDA, 2016, p. 52), o que é o caso de minha proposta. Busco contribuir, através da história oral, com a mobilização do povo da rua para superação de sua condição de vulnerabilidade.

Assim a intenção é aprender com público e “com suas mudanças e demandas”, levando em conta “as necessidades dos próprios movimentos sociais” e contribuindo “para a



organização e divulgação de interesses sociais” (ALMEIDA, 2016, p. 53). A história oral pode, desta forma, “promover políticas públicas a partir da significação das reivindicações e disputas socioeconômicas narradas por estes sujeitos coletivos”, ampliando “percepções indenitárias” e criando “condições de legitimidade para a atuação dos seus integrantes no espaço público” (ALMEIDA, 2016, p. 53). Com este movimento de diálogo com pesquisadores acadêmicos propiciado por uma história oral pública, os participantes dos movimentos convertem-se em “produtores de narrativas sobre eles próprios” (ALMEIDA, 2016, p. 54).

Por outro lado, ao trabalhar com as memórias de uma minoria estigmatizada como a população em situação de rua, o pesquisador deve ter claro que estas pessoas, como sinalizou Viviane Borges e Juliane Serres (2014, p. 124), “vivem um paradoxo entre o querer lembrar e o querer esquecer”: mesmo que queiram esquecer o sofrimento, a exclusão, as violências, querem lembrar dos companheiros, de suas alegrias, de suas vivências e de suas resistências. Como apontou Michael Pollak (1989, p. 4), as “memórias subterrâneas” ao prosseguir “seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” transformam-se em uma forma de resistência. Construir uma história destas memórias, como é o caso do povo da rua, potencializa esta dimensão.

Uma contribuição fundamental dentro de uma história oral pública feita sobre e com excluídos é a de Daniel Kerr (2006, p. 28), que trabalhou com a população em situação de rua de Cleveland nos Estados Unidos no Cleveland Homeless Oral History Project (CHOHP). Devido à proximidade temática, parto de suas reflexões e práticas para construir minha pesquisa. Para entender como este fenômeno estava tão enraizado naquela cidade, Kerr (2006, p. 28; 2016, p. 389) buscava, através da história oral, promover um diálogo entre a população de rua e percebeu que com uma metodologia mais tradicional isto não ocorria. Com este intuito ele levou a frente diversas ações, como exposições de entrevistas em praça públicas e em um programa de rádio (KERR, 2006, p. 28-36).

A organização das entrevistas também foi modificada no início do projeto, passando de histórias de vida marcadas por uma vitimização para questões voltadas a construir uma análise por parte dos narradores sobre as causas históricas para a situação de rua (THOMSON, 2006, p. 67; KERR, 2006, p. 34). Esta mudança, motivada pelas observações de um entrevistado, permitiu que eles fossem “mais flexíveis na apresentação das suas experiências” evitando que seus relatos tivessem uma dimensão confessional (KERR, 2006, p. 34).

Esta forma de abordagem enriquece o trabalho com a população em situação de rua, uma vez que possibilita que os narradores vejam as razões de sua trajetória de uma forma mais



estrutural, sendo resultado de um contexto mais amplo e não de problemas pessoais. Da mesma forma, ela ajuda a romper com uma forma de narrativa muito frequente entre esta população, vinculada a uma ótica moralista.

Partindo destas entrevistas, Daniel Kerr (2006, p. 37) organizou oficinas, nas quais eram vistas e discutidas entrevistas procurando “identificar temas centrais para uma análise da situação da situação de rua de vista de baixo [*from the bottom up*]”, para assim desenvolver “estratégias para a promoção de mudanças sociais significativas”. Ao final das oficinas, chegou-se a seis temas para a compreensão da situação de rua em Cleveland, a maioria dos quais não eram questões específicas deste grupo, mas que afetava grande parte da população daquela cidade.⁶

Os espaços de debate e reflexão promovidos através do CHOHP permitiram a compreensão por parte dos envolvidos das fontes da opressão e, principalmente, “identificar caminhos de resistência” (KERR, 2006, p. 40). Kerr (2006, p. 44) aponta que diversos envolvidos se mobilizaram para buscar combater estas injustiças, demonstrando que a população em situação de rua, mais do que vítimas, “são agentes e talvez os agentes mais eficazes para a mudança social”. Ele ainda ressalta que o CHOHP possibilitou o diálogo de pessoas que pensavam de forma semelhante para que elas pudessem “desenvolver uma análise mais aprofundada sobre a situação de rua [*homelessness*]” (KERR, 2006, p. 45).

O trabalho de Daniel Kerr constitui uma referência seminal dentro de minha pesquisa, visto que, além de possibilitar reflexões sobre este tipo de projeto, apresenta uma perspectiva metodológica adequada para o trabalho com o povo da rua. Pretendo, assim, utilizar de estratégias como as oficinas de análise colaborativas das entrevistas como uma forma de auxiliar a construção por parte dos envolvidos de uma análise histórica de sua condição.

Para finalizar, apresentarei os objetivos e problemas que guiam o *EPA 25 + 1: uma história feita na rua*. Inicialmente ele estava pensado para ser desenvolvido junto da comunidade escolar ao longo do ano de 2020, o que teve que ser alterado à pandemia de COVID-19. Para atender as especificidades deste ano atípico (o “+ 1” do título), foi desenvolvido o projeto *Documentando a experiência do COVID-19 na EMEF Porto Alegre* que busca registrar e documentar a experiência da pandemia junto aos estudantes, profissionais e

⁶Os temas são: declínio das comunidades de trabalhadores após confrontos ocorridos em 1966 e a gentrificação destes bairros; fim das *flop houses*, espaços de baixo custo em que trabalhadores podiam viver, vinculado à “revitalização” do centro; redução das iniciativas de ação social por parte do Estado; uma justiça criminal que criminalizava as populações mais pobres; um sistema de empregos temporários vinculados à justiça que deixavam os trabalhadores no limite da sobrevivência; e, finalmente, os abrigos, que eram vistos como continuação das penitenciárias (KERR, 2006, pp. 37-40).



parceiros da EMEF Porto Alegre através de entrevistas de história oral.⁷ Enquanto durar a pandemia e as regras de isolamento social, o trabalho será executado unicamente por meio de ferramentas online (vídeo chamada). Devido às especificidades do público da EMEF Porto Alegre e visando a atender questões éticas, as entrevistas com os estudantes serão presenciais e, desta forma, realizadas no momento em que as aulas forem retomadas. Atualmente estão sendo realizadas as primeiras entrevistas com profissionais da EPA e com voluntários que estão atuando na rede de apoio e solidariedade à população em situação de rua.

O projeto tem, assim, como objetivo principal construir de forma colaborativa com a comunidade escolar a história da EMEF Porto Alegre. Para atingir este fim os objetivos específicos são: documentar o cotidiano e a experiência subjetiva na pandemia entre os profissionais, estudantes e comunidade da EMEF Porto Alegre; registrar as particularidades do cotidiano dos profissionais da educação, população em vulnerabilidade e em situação de rua; preservar e difundir o material recolhido; fomentar a produção de pesquisas a partir do material recolhido. Além disso, através deste projeto busco demonstrar a relevância da História Oral como ferramenta pedagógica que estimula o pensamento crítico, curiosidade e gosto pela pesquisa.

Dessa forma, chego ao problemas que norteiam esta pesquisa: *qual é a história da EMEF Porto Alegre?* Quais os acontecimentos e personagens que marcaram sua trajetória? Quais os diferentes perfis de estudantes e profissionais que passaram pela EPA? Quais as principais transformações que a EPA passou ao longo de sua história?

Da mesma forma, trabalhar com a história da EPA é também construir a história da população de rua de Porto Alegre. Assim, quais as relações que foram se criando entre a EPA e a povo da rua? Quais as transformações ocorridas junto à população de rua a partir de meados da década de 1990? Como estas mudanças impactaram a EMEF Porto Alegre?

Neste sentido o projeto *EPA 25+1: uma história feita na rua* busca um diálogo com outras atividades voltadas à população em situação de rua como o jornal Boca de Rua, iniciativas do MNPR e o Programa Universidade na Rua (UNIRUA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado em 2009. Deste 2015 este programa vem desenvolvendo o Projeto de Extensão A Cara da Rua, que, a partir da fotografia, proporciona uma nova visão sobre a cidade e é fonte de renda para os participantes (CIDADE *et al*, 2018).⁸

⁷ O projeto *Documentando a experiência do COVID-19 na EMEF Porto Alegre* está articulado com o projeto interdisciplinar e interinstitucional *Documentando a experiência do COVID-19 no Rio Grande do Sul*. Para saber mais ver <https://www.apers.rs.gov.br/documentando-covid19-rs>

⁸As fotografias realizadas pelos participantes são transformadas em postais comercializadas por eles.



Referências

- ABATI, Lucas. TJ proíbe prefeitura de fechar escola para moradores de rua em Porto Alegre. **Zero Hora**, 12/12/2019. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/12/tj-proibe-prefeitura-de-fechar-escola-para-moradores-de-rua-em-porto-alegre-ck435zq9z051o01rzzh7c0nzo.html>
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina a história pública?. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública – O movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALMUTAWA, Shatha. Recording divergent histories of homelessness. **Perspectives on history**, 1/4/2014. Disponível em <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/april-2014/recording-divergent-histories-of-homelessness>
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. História Oral e comunidades LGBT: Museologia comunitária no Museu da Favela. In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **História oral e patrimônio cultural – Potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, pp. 55-71.
- BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. O patrimônio cultural e a História Pública: observações sobre os embates contemporâneos. **Revista NUPEM**, volume 11, número 23, 2019.
- _____. Outras memórias, outros patrimônios – Desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos. In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **História oral e patrimônio cultural – Potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- BORGES, Renato Levin; CECCIM, Ricardo Burg. O cartografar da grande saúde das ruas em “ir vir permanecer”, audiovisual com o jornal Boca de Rua. **Saúde em Redes**, vol. 3, no. 1, 2017.
- BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis?. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- BORGES, Viviane Trindade; SERRES, Juliane Conceição Primon. Narrativas sobre o velho leprosário: as entrevistas realizadas com pacientes/moradores do Hospital Colônia Itapuã (Viamão/RS). **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 119-134, jan./jun. 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS/Sagi, abr. 2008
- BRUM, Elaine. A Vida de 12 meninos no esgoto de Porto Alegre; Tartarugas Ninjas emergem de subterrâneos. **Zero Hora**, no. 10114, 1o de maio de 1993.



- CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, volume 11, número 23, 2019.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CIDADE, Daniela *et al.* (orgs). **A Cara da Rua**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- DUTRA, Rafael Fernandes. Entrevista concedida a Autor, no dia 23 de janeiro de 2019, em Porto Alegre.
- FRANCES, Raelene; KIMBER, Julie. “Joy”: Memorialisation and the Limits of Tolerance. **Public History Review**, Sydney, no. 15 pp. 77–91, 2008.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única – ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria *et al* (orgs.). **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- GONÇALVES, Talita Fernandes. **Rua, substantivo feminino**: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade. Dissertação de Mestrado (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade** – presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- CARNEIRO, Anita Natividade. **Caminhos da Ditadura em Porto Alegre**: Ensino de História através da tecnologia digital. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (História). Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- IFCH/UFRGS. **Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. UFRGS: Porto Alegre, 2016. Relatório quanti qualitativo, contendo o Cadastro censitário e o Modo de vida cotidiana da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre, realizado em 2016 através de Contrato entre a FASC e a UFRGS / FAURGS e executado pelo IFCH/UFRGS. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120
- KERR, Daniel R. Allan Nevins Is Not My Grandfather: The Roots of Radical Oral History Practice in the United States. **The Oral History Review**, vol. 43, no. 2, pp. 367–391, 2016.
- KERR, Daniel. “We Know What the Problem Is”: Using Oral History to Develop a Collaborative Analysis of Homelessness from the Bottom up. **The Oral History Review**, Vol. 30, no. 1, pp. 27-45, 2003.
- LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.) **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- MEDEIROS, Alessandra. **Pessoas em Situação de Rua**: a saída para a saída - um estudo sobre pessoas que saíram da rua. Tese de Doutorado (Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- “Não vamos admitir uma praça que esteja cheia de morador de rua”, diz Comandante Nádia”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11/5/2019. disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/nao-vamos-admitir-uma-praca-que-esteja-cheia-de-morador-de-rua-diz-comandante-nadia-cjvk2cots03d201ma6gurgykc.html>



- NORA, Pierra. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, vol. 10, dez. 1993, pp. 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 1, 1989.
- QUADRAT, Samantha Viz. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?. In: MAUAD, Ana Maria; *et al.* (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?.** São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Como e por que fomentar uma história pública latino-americana?. In: MAUAD, Ana Maria; *et al.* (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?.** São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados – Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria *et al* (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SANTHIAGO, Ricardo. Comunidades de escuta e compartilhamento: História pública, história oral e situações educacionais. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (orgs.). **História pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado.** São Paulo: Letra e Voz, 2018a.
- SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira?. In: MAUAD, Ana Maria; *et al.* (orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?.** São Paulo: Letra e Voz, 2018b.
- SANTHIAGO, Ricardo & MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- SANTOS, Renato Faria dos. **O Acolhimento da População em Situação de Rua: A experiência do Núcleo de Trabalho Educativo da EPA.** Dissertação de Mestrado (Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria *et al* (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SILVA, Cláudia Lucia da. **Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?..** Dissertação de mestrado (Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012
- THOMSON, Alistair. Four Paradigm Transformations in Oral History. **The Oral History Review**, vol. 34, no. 1, 2006, pp. 49–70.
- VARGAS, Anderson Zalewski. Porto Alegre, início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; *et. al* (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.) **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Dante Guimaraens Guazzelli

Recebido em 10 de outubro de 2020

Aprovado em 18 de dezembro de 2020